



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.938 - AC (2014/0143103-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**

RECORRENTE : GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A

ADVOGADOS : MÁRCIO BELLOCCHI - SP112579
RODRIGO NEIVA PINHEIRO - DF018251
PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER - SP146221
GERSEY SILVA DE SOUZA - AC003086

RECORRIDO : ----

RECORRIDO : ----

RECORRIDO : ----

RECORRIDO : ----

ADVOGADO : MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES E OUTRO(S) - AC002299

ADVOGADOS : LISSA MOREIRA MARQUES - DF035307
PETER RODRIGUES FERNANDES - DF055526
ANDRÉ LUIZ PEREIRA DE AZEVÊDO - DF052126

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A, com arrimo no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República, em face de v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado:

"CIVIL. APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAL E MATERIAL. LEGITIMIDADE ATIVA. HERDEIROS NECESSÁRIOS. DIREITO À IMAGEM. FLS. 376 MINISSÉRIE 'AMAZÔNIA, DE GALVEZ A CHICO MENDES'. AUTORIZAÇÃO. DIVULGAÇÃO DE IMAGENS. AUSÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO.

- 1. É admitida a prolatação de sentença ilíquida embora certo o pedido no caso de indenização por danos morais em que não formado juízo de convencimento pelo órgão julgador acerca do 'quantum' indenizatório, constituindo a hipótese exceção ao art. 459, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Preliminar de nulidade da sentença rejeitada.*
- 2. Embora intransmissíveis os direitos da personalidade, o direito à ação visando reparação de danos moral ou material, ante a natureza patrimonial, são transmitidos aos herdeiro do 'de cujus' ofendido, a teor do art. 20, parágrafo único, do Código Civil.*
- 3. A mera utilização de imagem sem autorização para fins comerciais gera o dever de indenizar nas esferas moral e patrimonial, independente da*



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

comprovação do dano ou prejuízo. Todavia, a ação reparatoria não deve servir ao enriquecimento ilícito, devendo ser considerada a importância da participação do 'de cujus' na trama, adequada a fixação dos danos patrimoniais tendo por parâmetro os lucros auferidos p empresa de comunicação.

4. 1º Apelo parcialmente provido. 2º Apelação desprovida." (fls. 376/377)

Os embargos de declaração opostos pelo ora recorrente foram parcialmente acolhidos, porém sem eficácia modificativa (fls. 469/487).

Irresignada, a recorrente alega que o eg. Corte local teria violado o art. 535, I e II, do CPC/73, sob o argumento de que não teriam sido sanados os vícios de omissão, contradição e obscuridade apontados. Quanto ao mérito, apontou ofensa aos arts. 20, 186, 884, 927 e 944 do Código Civil, argumentando, em síntese, (a) que seria desnecessária a autorização para reprodução de fatos em obra biográfica e de cunho histórico; (b) que não houve veiculação da *imagem-retrato* do personagem biografado, tampouco dos coadjuvantes, que foram interpretados por atores, e (c) que os recorridos teriam anuído tacitamente, porquanto participaram da construção da narrativa da vida do biografado, bem como de eventos de lançamento da obra na sede da recorrente. No mais, afirma que não cometeu ato ilícito e que o *quantum* indenizatório é manifestamente desproporcional.

Os recorridos, em contrarrazões (fls. 611/626), aduzem preliminarmente que a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ. Afirmam, por outro lado, que a obra audiovisual produzida pela recorrente não teria finalidade jornalística ou informativa, mas claramente comercial, razão pela qual deve ser mantida a condenação imposta pelas instâncias de origem, ante a ausência de autorização para o uso da imagem.

É o relatório. Decido.

No tocante ao tema de fundo, a eg. Corte local condenou a ora recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e morais aos recorridos, herdeiros do famoso ativista ambiental Chico Mendes, em razão do uso não autorizado da imagem deste na obra audiovisual intitulada "Amazônia, de Galvez a Chico Mendes".

A propósito, faz-se importante destacar as seguintes passagens do v. acórdão recorrido, *in verbis*:

"O direito à imagem é garantia constitucional insita no art. 5º, X, da Constituição Federal, segundo o qual 'são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação'. Também no art. 20, do Código Civil, contempla tal direito: 'Salvo se autorizadas, ou se



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão de palavras, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais'.

Da interpretação literal do dispositivo, resultam as conclusões, a seguir: a) a divulgação da imagem deve ser autorizada, salvo quando necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública; e, b) a divulgação não autorizada da imagem gera direito à indenização quando atingir a honra, boa fama ou respeitabilidade do agente ou quando destinar-se a fins comerciais.

Assim, a divulgação da imagem deve ser autorizada e gera direito à indenização quando destinado a fins comerciais, circunstância configurada na hipótese em exame.

Neste aspecto, argumenta a Ré de que a minissérie 'Amazônia - De Galvez a Chico Mendes' tem cunho meramente histórico e informativo, decerto que embora retratando a realidade, mescla elementos fictícios, objetivando atrair a atenção do telespectador, classificada como programa do ramo de entretenimento, diversa de documentário, restando evidenciado, a meu entender, a feição comercial da veiculação da minissérie, objetivando angariar lucros, sem o qual não justificado o investimento de grande porte, com diversas cidades cinematográficas, neste Estado e nos estúdios da Rede Globo.

No que tange à publicidade da vida de Chico Mendes e interesse público em sua história, adiro a Adriano de Cupis: '...Mesmo nesses casos, por outro lado, as exigências do público detêm-se perante a esfera íntima da vida privada, e, além disso, as mesmas exigências são satisfeitas pelo modo menos prejudicial para o interesse individual. Será, portanto, lícita a biografia, mas ilícita a narrativa romanceada ou dramatizada, que não é necessária para a exposição dos fatos pessoais. A divulgação será legítima também em exigência da arte, compreendida na esfera do interesse público: se a obra na qual são reproduzidos fatos da vida de outrem tem notável valor literário, deve este ser tomado em conta para o fim de consentir-se a sua publicidade'.

Destarte, evidenciada a natureza comercial da programação, segundo a dicção do art. 20 do Código Civil, indenizável a utilização da imagem sem autorização independente de macular a honra, boa fama ou respeitabilidade do indivíduo, consoante adverte Yussef Said Cahali que '...Em realidade, o direito à própria imagem, sem desvestir-se do caráter de exclusividade que lhe é inerente como direito da personalidade, mas em função da multiplicidade das formas como pode ser molestado em seus plúrimos aspectos, pode merecer proteção autônoma contra a simples utilização não consentida da simples imagem, como igualmente pode encontrar-se atrelada a outros valores, como a reputação ou honrabilidade dos retratados'.

[...]



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dessumo, pois, adequada a sentença recorrida que reconheceu aos Autores ora 1ª Apelantes o direito à indenização patrimonial pelo uso desautorizado da imagem de Chico Mendes.

Em contrapartida, inadequada a sentença recorrida que isentou a Ré da reparação por danos morais, alegando a ausência de cenas associando a imagem de Chico Mendes a condutas desonrosas ou vexatórias, sem que comprovado o sofrimento ou angústia do de cujus com a exibição da minissérie.

Não obstante, o direito à indenização por danos morais rescai do simples uso indevido da imagem, tornando desnecessário a comprovação de dano ou prejuízo, tal como adverte Yussef Said Cahali: '...De regra, portanto, a simples reprodução não consentida de fotografia de uma pessoa com fins comerciais, promocionais, publicitários, com interesse especulativo na difusão de produtos da empresa, revela-se violadora de um bem moral representado pelo direito autônomo da imagem da pessoa, inerente ao seu direito de personalidade; e possibilita, no caso, uma indenização de natureza pecuniária, sem necessidade de qualquer consideração a respeito de repercussões negativas do ato ilícito praticado que se relacionariam, pelas circunstâncias e características da imagem reproduzida, com uma eventual lesão à honra, ao decoro, ao crédito da pessoa, privacidade e outros valores que integram o seu direito da personalidade'.

No mesmo sentido, Carlos Roberto Gonçalves anota: "...O mesmo tratamento é dispensado à exposição ou à utilização da imagem de uma pessoa, que o art. 5º, X, da Constituição Federal considera um direito inviolável. A reprodução da imagem é emanção da própria pessoa e somente ela pode autorizá-la. A Carta Magna foi explícita em assegurar, ao lesado, direito a indenização por dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa'.

Por sua vez, corrobora Silvio de Salvo Venosa: "...Em cada caso dessas hipóteses, para fins de indenização, deve ser avaliado se a divulgação atingiu a hora, a boa fama ou a respeitabilidade da pessoa envolvida. Se a manifestação teve finalidades comerciais, aflora diretamente o dever de indenizar'." (fls. 388/392)

Com efeito, depreende-se dos excertos acima colacionados, que para o eg. Tribunal local, apoiando-se na doutrina de escol e em precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça, a exibição de fatos atinentes à vida do falecido Chico Mendes, bem como de pessoas próximas de seu convívio, sem a expressa autorização de seus herdeiros, seria o suficiente para configurar o uso indevido da imagem e, com isso, gerar a correlata obrigação de justa indenização moral e material.

De fato, segundo a literal dicção art. 20 do Código Civil, a utilização para finalidade



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

comercial da imagem de determinada pessoa, seja ela na concepção *retrato, atributo e/ou voz*, não dispensa a autorização do retratado, que pode proibir o seu uso sem prejuízo da indenização que couber.

Não obstante, no julgamento da ADI 4.815, ajuizada pela Associação Nacional dos Editores de Livro - ANEL, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente o pedido, para dar interpretação conforme à Constituição, sem redução de texto, aos arts. 20 e 21 do Código Civil, afirmando ser dispensável, sob pena de configurar censura prévia, a "*autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes)*".

Eis a ementado do referido julgado de observância obrigatória, *in verbis*:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 20 E 21 DA LEI N. 10.406/2002 (CÓDIGO CIVIL). PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA. REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS. MÉRITO: APARENTE CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE INFORMAÇÃO, ARTÍSTICA E CULTURAL, INDEPENDENTE DE CENSURA OU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (ART. 5º INCS. IV, IX, XIV; 220, §§ 1º E 2º) E INVIOABILIDADE DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, HONRA E IMAGEM DAS PESSOAS (ART. 5º, INC. X). ADOÇÃO DE CRITÉRIO DA PONDERAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO DE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO DE CENSURA (ESTATAL OU PARTICULAR). GARANTIA CONSTITUCIONAL DE INDENIZAÇÃO E DE DIREITO DE RESPOSTA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE PARA DAR INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO AOS ARTS. 20 E 21 DO CÓDIGO CIVIL, SEM REDUÇÃO DE TEXTO. 1. A Associação Nacional dos Editores de Livros - Anel congrega a classe dos editores, considerados, para fins estatutários, a pessoa natural ou jurídica à qual se atribui o direito de reprodução de obra literária, artística ou científica, podendo publicá-la e divulgá-la. A correlação entre o conteúdo da norma impugnada e os objetivos da Autora preenche o requisito de pertinência temática e a presença de seus associados em nove Estados da Federação comprova sua representação nacional, nos termos da jurisprudência deste Supremo Tribunal. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada. 2. O objeto da presente ação restringe-se à interpretação dos arts. 20 e 21 do Código Civil relativas à divulgação de escritos, à transmissão da palavra, à produção, publicação, exposição ou utilização da imagem de pessoa biografada. 3. A Constituição do Brasil proíbe qualquer censura. O exercício do direito à liberdade de expressão não pode ser cerceada pelo Estado ou por particular. 4. O direito de informação, constitucionalmente garantido, contém a



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

liberdade de informar, de se informar e de ser informado. O primeiro refere-se à formação da opinião pública, considerado cada qual dos cidadãos que pode receber livremente dados sobre assuntos de interesse da coletividade e sobre as pessoas cujas ações, público-estatais ou público-sociais, interferem em sua esfera do acervo do direito de saber; de aprender sobre temas relacionados a suas legítimas cogitações. 5. Biografia é história. A vida não se desenvolve apenas a partir da soleira da porta de casa. 6. Autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular. O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa. O risco é próprio do viver. Erros corrigem-se segundo o direito, não se coartando liberdades conquistadas. A reparação de danos e o direito de resposta devem ser exercidos nos termos da lei. 7. A liberdade é constitucionalmente garantida, não se podendo anular por outra norma constitucional (inc. IV do art. 60), menos ainda por norma de hierarquia inferior (lei civil), ainda que sob o argumento de se estar a resguardar e proteger outro direito constitucionalmente assegurado, qual seja, o da inviolabilidade do direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem. 8. Para a coexistência das normas constitucionais dos incs. IV, IX e X do art. 5º, há de se acolher o balanceamento de direitos, conjugando-se o direito às liberdades com a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada e daqueles que pretendem elaborar as biografias. 9. Ação direta julgada procedente para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).

(ADI 4815, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 10/06/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-018 DIVULG 29-01-2016 PUBLIC 01-02-2016)

Na hipótese dos autos, conforme se depreende da moldura fática delineada pelo v. acórdão recorrido, a obra audiovisual produzida e exibida pela recorrente utilizou como enredo, ainda que de forma romanceada, parte importante da vida de Chico Mendes. Desse modo, segundo o entendimento firmado pelo Pretório Excelso, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, inexigível a autorização do biografado, tampouco de seus sucessores.

Ademais, a condenação imposta à recorrente deveu-se tão somente em razão da ausência de autorização para a utilização da imagem de Chico Mendes, tendo sido afastada a ocorrência de abuso da liberdade de expressão ou de violação à honra do indivíduo retratado,



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

motivo pelo qual se faz imperiosa a reforma do v. acórdão recorrido, no sentido de adequar a solução da lide à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para julgar improcedentes os pedidos iniciais, condenando a parte autora, ora recorrida, ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios sucumbenciais, os quais fixo em R\$10.000,00 (dez mil reais), ressalvada a eventual concessão de justiça gratuita (art. 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil).

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator